

O ESPAÇO DOS OUTROS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E FRONTEIRAS NUM BAIRRO DO PLANO INTEGRADO DE ALMADA

*Ana Sofia Costa**

Nota introdutória

A análise da cidade surge hoje associada ao fenómeno da diversidade de indivíduos concentrados num mesmo espaço e nas trocas sociais aí desenvolvidas. Os conceitos de cultura e identidade constituem-se como partes integrantes da realidade social, traduentes de múltiplas modalidades de apreensão do real. O espaço, enquanto categoria central de representação social actua, em simultâneo, na expressão das relações sociais, assumindo-se, nas práticas associadas ao desenvolvimento físico das cidades, como a “tela” onde se desenham e projectam formas ideais de organização dos indivíduos que a habitam.

A presente análise¹ parte da relação dos princípios político-urbanísticos que estiveram na génese da projecção do espaço físico de um bairro urbano, contrapondo-lhe o papel do espaço construído na (re)organização das redes sócio-culturais, quebradas no momento da transição/realojamento, na aprendizagem da diferença, nas relações sociais encetadas e nas representações que estão na base das fronteiras da interacção entre grupos de moradores. Analisaremos de que modo o planeamento, ao influir na partilha de um espaço físico comum, pode ser pervertido ao actuar como condicionante, e condição, para a emergência do espaço imaginado, um processo de construção, manipulação e negociação de imagens que suporta as representações sociais e coloca em relação indivíduos cultural e socialmente heterogéneos. Assu-

* Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa FCSH/UNL

¹ Resultante da investigação para a Tese de Mestrado em Antropologia do Espaço, discutida em Março de 2005 na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

mimos, então, o terreno – um bairro de construção em altura no concelho de Almada, como uma entidade fragmentada (e fragmentária). Afastámo-la do conceito de comunidade pela multiplicidade de unidades, valores e imagens de identificação possíveis (Silvano, 1997:4/5) de apropriação e de contestação, em acção na manutenção/contestação da imagem projectada para o exterior e inflectida, de novo, aos seus produtores, os habitantes.

A racionalização do espaço social: o Plano Integrado ou a *cidade nova* de Almada

O Bairro Amarelo pertence a uma área geográfica de 1 300 hectares, localizada no Concelho de Almada, designada de Plano Integrado, implementado no decurso das políticas de habitação no governo de Marcelo Caetano e após criação do Fundo Fomento da Habitação, em 1969, dependente do então Ministério da Habitação e Obras Públicas em parceria com a Secretaria da Habitação e Urbanismo.

Os objectivos apontavam para o reequilíbrio urbanístico, que a ocupação sistemática de áreas para habitação e a especulação imobiliária de terrenos para construção produziam em Almada, a diminuição da pressão demográfica sobre Lisboa (agravada com a retoma do êxodo de população rural para os centros industriais da margem Sul do rio, com a Lisnave, em Almada, e a Siderurgia Nacional, no Seixal, facilitados, desde 1966, pela acessibilidade da Ponte).

Os Planos Integrados significavam uma nova fase de intervenção directa do Estado como exemplo de uma “*estruturação mais racional da ocupação do território*” (FFH, 1972:3). Com eles, instrumentaliza-se uma visão integrada sobre o crescimento urbano, aplicando o conceito da funcionalidade a espaços “em branco”. Ao princípio fundador deste urbanismo modernista, alia-se a racionalização da ordem social² de onde se destaca o Estado, única instância passível de alienar terrenos e redesenhar o papel simbólico da cidade. A figura do Plano Integrado suporta nova legislação (sobre o uso do solo, características técnicas de habitações, critérios de financiamentos e acesso, expropriação sistemática e constituição de direito de superfície como medidas preventivas) e torna-se o grande motor para os sectores económicos ligados à construção civil.

Na perspectiva do urbanismo, o espaço é conceptualizado como parte integrante da forma; esta permitiria alterar e influenciar o social pela organi-

² Segundo o conceito de *ville nouvelle* (*cidade nova*) desenvolvido na Europa do pós guerra, principalmente em França, e que acrescenta o primado da macro-escala aos níveis da forma: construção em altura, centralidades de espaços amplos e partilhados, dimensão dos prédios, ruas, circuitos pedonais e viários.

zação, *a priori*, das necessidades sociais dos futuros habitantes; a cor surgiria como complemento de integração. A *cidade nova* de Almada colocaria também em prática as ideias de ordem social do Estado Novo: à identidade colectiva, tradicionalmente organizada através da rede social assente na profissão (os bairros operários), génese de uma consciência de classe (Almeida, 1994:114), estes novos espaços residenciais introduziam a ruptura “*entre local de trabalho e de habitação*”, onde os espaços públicos e os equipamentos serviriam como “*pólos de integração e recuperação de desviantes*” pela heterogeneidade social que se iria promover em toda a área.

Em 1971 é proposta a Declaração da Expropriação Sistemática de Utilidade Pública para a área³ de carácter rural, sem um tecido urbano consolidado: desde a arriba da portagem da Ponte (Pragal) até ao Porto Brandão (área ribeirinha da Caparica), atravessando, a sul, a via rápida para a Costa de Caparica, até à área onde hoje se localiza o Parque da Paz e o complexo comercial Almada Fórum. Do total foram subdivididas zonas para construção; serviços, vias, indústrias e de Reserva Natural (nas encostas nascente e poente e na parte sul: agrícolas e zona de falésias), mantendo-se equipamentos industriais já existentes e as áreas ocupadas por entidades estatais (no declive da arriba, perto da portagem da Ponte, a cargo da então JAE-Junta Autónoma de Estradas).

O Plano previa a construção de 6000 fogos de carácter social, mais 1500 em áreas de reserva (FFH, 1983:4), para uma população total de 60 000 indivíduos; terrenos de reserva à construção de habitação de renda limitada e venda livre numa tentativa de não só “*tornar o Plano financeiramente equilibrado*”, mas também de “*garantir a heterogeneidade populacional pretendida*” (FFH, 1972:2). Para salvaguardar essa premissa foram estipulados níveis de rendas para todas as habitações do Plano entre programas especiais de renda. A nova cidade propiciaria também da descentralização de equipamentos e serviços, permitindo a expansão de Almada, ao mesmo tempo que atrairia novos residentes, preferencialmente extractos solventes, classe média, média alta e alta, provocando a construção de novas dinâmicas socioculturais.

Entre 1971 e 1983 foram projectados os Bairros Amarelo, Branco, Rosa, e reabilitado o do Raposo de Cima e o do Raposo de Baixo, os dois últimos na posse do Estado desde a Declaração de Expropriação em 1971.

A conjuntura desse período, marcada, primeiro, pela crise económica que a manutenção da guerra ultramarina custava ao Estado e, após 1974, pelas alterações político-sociais desencadeadas pela revolução, conduziu à progressiva redução dos recursos financeiros e técnicos disponíveis para a concretização do Plano. O PIA foi faseado, sofreu atrasos contínuos nos projectos urbanísticos dos três bairros programados para a primeira fase, entre

³ Decreto-lei n.º 576/70.

eles o Bairro Amarelo, demorando a construção efectiva cerca de dez anos (de 1975 a 1984), para o que também contribuíram as substituições das equipas técnicas e consequentes reformulações e alterações ao Plano original, até ser totalmente pervertido pelas circunstâncias do contexto político-social da independência das colónias, passando a servir de principal realojamento para a população que retornava.

Os estratos solventes, funcionários públicos e empregados médios, inscritos no início da década de 1970, atraídos pela propaganda institucional e com perspectivas de mobilidade social pelo arrendamento de casa no novo projecto habitacional, foram os primeiros a ocupar os prédios concluídos no Bairro Amarelo, a par das famílias provenientes das quintas limítrofes, expropriadas. Contudo, com o aumento de clandestinos das antigas colónias, o seu alojamento passou a ser a prioridade; à medida que se inscreviam, eram remetidos para apartamentos em prédios, a maioria, inacabados. Com apenas um terço, do total da área prevista, concluída, a quase inexistência dos espaços verdes, equipamentos e áreas centrais planeadas, o Plano afastou-se irremediavelmente do original.

Enquanto legado simbólico do Regime anterior, o Plano foi estigmatizado, servindo sobretudo para colmatar as carências sociais ao nível da habitação. Também em relação aos organismos públicos, as reestruturações posteriores a 1974, designadamente alterações às suas competências e atribuições, concorreram para os atrasos ou anulação de contratos de cedência em relação à instalação de equipamentos centrais designados (na área da saúde, educação, segurança, assistência social e serviços). Tanto as instituições privadas como as públicas se debatiam com a escassez de verbas para gerir ou construir os equipamentos nesta área. Após a Constituição de 1976 e a autonomia administrativa e financeira dos municípios⁴, a autarquia de Almada continuará a participar no PIA, na expectativa, corroborada pelo Estado, sobre a administração urbanística da área, gorada aquando da rectificação do Plano Director Municipal, em 1993, que a alienou da administração urbanística do município, alegando-se a Declaração Sistemática de Expropriação da década de 70 e a necessidade de continuação da gestão pública estatal na área. A partir de 2002, dá-se a transferência da maioria de serviços e programas do IGAPHE para o Instituto Nacional de Habitação (INH), com vista à extinção do primeiro⁵, e a questão da transferência de competências na área habitacional para a administração local⁶ é reaberta. A autarquia não considerou viável os moldes da transferência das habitações propostos pela tutela pelos

⁴ Confirmada, em 1979, pela Lei das Finanças Locais.

⁵ Decreto-lei n.º 243/2002.

⁶ Decreto-lei n.º 199/2002.

custos da gestão e conservação de um parque habitacional carenciado e subequipado; na cobrança e actualização de rendas atrasadas; no aumento da procura de serviços camarários por parte de 30.000 indivíduos aí residentes; nos meios necessários para fiscalização sobre a sobreocupação e resolução dessas situações, exigindo a transferencia patrimonial com recurso a uma estratégia global por autarquia, tendo em conta a extensão da área e as características do concelho. Estes argumentos foram rebatidos pelo IGAPHE que, a pouco tempo da extinção efectiva, não dispunha de orçamentos, recursos humanos e financeiros capazes de otimizar os factores anteriores. Actualmente o impasse foi ultrapassado através de um protocolo que, desde final de 2005 estabelece uma parceria entre a Câmara Municipal e o Instituto Nacional de Habitação (INH) na execução de um Diagnóstico da situação actual da área. Este permitirá uma intervenção/transformação posterior ao actual modelo de desenvolvimento urbano, estando a ser discutida a transferência da gestão do parque habitacional para um terceira entidade.

Os elementos analisados concorreram para a descaracterização do ambiente urbano dos bairros pioneiros do PIA e para o isolamento e aglomeração excessiva de população carenciada, por comparação com as classes solventes hoje presentes. Em resultado de um longo período de tempo em que não sofreu intervenção directa, continua a constituir uma bolsa de reservas imobiliárias, aberta na década de 1990, a um novo tipo de populações atraídas pela aquisição de habitação, de tipo cooperativo, a custos controlados, mais baixos em relação à média concelhia. O aumento da densidade urbana da zona, ao nível da construção e população, reflecte-se no ambiente urbano. A vinda desses novos moradores, acentuou as diferenças socioculturais de base que já caracterizavam o grupo de moradores dos Bairros pioneiros, continuando a área a deparar-se com a pouca oferta ao nível da qualificação urbana. Dos principais equipamentos públicos edificados só o Hospital Garcia de Orta, o Instituto Piaget, o Instituto de Ciências da Saúde e a Universidade Nova foram concretizados; contudo, a sua localização nos extremos nascente e poente do PIA, respectivamente, pouco influenciam o ambiente urbano do seu interior, do qual continuam ausentes equipamentos de desporto, cultura e lazer, extensões relacionadas com a saúde (até 2005), o emprego, a assistência social e a presença de uma entidade que se responsabilize pela área e que contacte directamente com os habitantes. As poucas instituições de solidariedade social existentes no terreno são insuficientes face à concentração demográfica excessiva.

O primado do espaço enquanto conceito condutor do Plano transformou-se, na prática, num problema físico de degradação do ambiente urbano. No Bairro Amarelo, um exemplo paradigmático refere-se à arquitectura dos prédios. As “galerias”, pensadas pelos projectistas como garante de livre circulação de pessoas a diversas formas de apropriação espacial, entre espaço

privado e público, demonstraram ser no uso, espaços de insegurança e conflito. Esses fundos vazados, onde as escadarias para as soleiras permitiam o livre acesso às escadas dos prédios foram ocupados por grupos sociais específicos: sobretudo prostitutas, toxicodependentes e vendedores de estupeficientes. Não existia barreira física, mas ergueu-se uma forte barreira simbólica, existindo habitantes que se recusavam a entrar na sua casa, outros que espancavam em grupo esses “intrusos” e, outros ainda, que depois de escurecer simplesmente não saíam do prédio.

Mercê destes factores, foi sendo construído, no imaginário concelhio e metropolitano, uma imagem negativa em relação à área do Plano, desconhecida, fechada sobre si própria, onde se concentrava população carenciada e, neste período, ainda marcada por estigmas sociais muito fortes na sociedade portuguesa, também eles vinculados nos novos moradores. Os residentes do bairro eram “pobres”, mas, para além disso, eram elementos perturbadores para a sociedade urbana envolvente, eram “pretos”, com “hábitos diferentes”, “ciganos sem respeito por ninguém”.

Actualmente a área do PIA reúne catorze bairros, nove referentes às novas urbanizações da década de 1990, construídos no interior do Plano, entrecortando um dos Bairros pioneiros (o Branco) e fazendo fronteira com o Rosa e o Amarelo, aquele que se apresenta como o maior em termos de dimensão, população e culturas presentes.

O Bairro Amarelo hoje: apresentação genérica

O Plano é hoje a antítese da imagem que se procurou construir. Entre a visão de gabinete dos agentes políticos, administrativos e técnicos, intervenientes no planeamento e projecto dos bairros, e a população, para quem se pensava o novo espaço urbano, faltou um elo de ligação coerente. Entre o espaço virgem e os indivíduos trazidos até ele encontravam-se ausentes referenciais de identidade. Tanto em relação a uma memória do lugar anterior, como em relação às formas do espaço físico de outros bairros da cidade mais próxima. Assim, ao novo espaço, os habitantes adequaram e reinventaram tipos de produção e consumos espaciais anteriores e descobriram, na relação com outros, novas possibilidades e usos.

Em relação ao Bairro Amarelo, o espaço não se impôs como regulador de tensões e mobilizador de novas dinâmicas sócio-económicas, antes se afirmou como o primeiro obstáculo à reestruturação da vida social dos seus moradores. O rio e as escarpas, a estrada nacional 377, fronteiras físicas para o exterior; os limites dos prédios, as formas das ruas, a geometria das pracetas ou a lugubridade dos fundos vazados encerraram o Bairro e os seus habitantes no Plano. Enquanto estas fronteiras materiais eram assimiladas, no interior do Bairro os habitantes tentaram reorganizar a sua rede social.

Os equipamentos com carácter de vizinhança do PIA estão localizados no Bairro Amarelo: um centro de saúde (actualmente em construção); duas escolas básicas do 1.º ciclo, uma escola de 2.º ciclo e uma escola básica integrada. Promovidos pela Administração Central, os últimos, influenciaram relações sociais, dotando gerações de alunos com índices de mobilidade e espacialização de actividades quotidianas para além do universo escolar e residencial, em espaços alargados inter-bairros e impondo o Bairro Amarelo como um referente identitário na memória colectiva de uma geração que sempre viveu no Bairro e que, pela frequência escolar, cedo dominou os espaços e a rede de sociabilidades do mesmo.

A população do Bairro Amarelo conta com 3.486 indivíduos⁷ (cerca de 11,5% da população total do PIA e 2,2% do total da população concelhia), o maior aglomerado habitacional da área. Constituído por 1058 fogos, num total de 174 prédios, com uma média de 5 andares (a maioria, habitações com 6 andares e 2 fogos por piso; as restantes, com 7 andares e 5 fogos por piso). Segundo o IGAPHE (2003:15) estão em funcionamento 68 unidades comerciais; contudo, verificámos que a maior parte se encontra desocupada ou com actividade irregular. Funcionam efectivamente cerca de 25 lojas, a maioria cafés, mercearias, cabeleireiros e talhos. Localizam-se na rua principal, Rua do Moinho, estando as restantes distribuídas pelas restantes três ruas, pequenas oficinas (estofagem, marcenaria, mecânica) e cafés. Estas unidades comerciais estão situadas nas caves/rés-do-chão dos edifícios, os antigos fundos vazados, cobertos em 1987. O espaço de recreio e lazer consiste num campo de jogos (sem gestão) numa praça interior. Não existem espaços verdes de lazer e o único local com possibilidade de apropriação festiva, um átrio pavimentado no fim da rua do Moinho, encontra-se bastante degradado; os dois campos de jogos pavimentados (também sem gestão) estão mais afastados do seu centro.

A nível sócio-demográfico, o Bairro apresenta um equilíbrio relativo entre sexos, transversal a todas as faixas etárias, com uma ligeira predominância dos efectivos masculinos, à excepção da população idosa, onde se destacam as mulheres, a maioria viúva, factor que concorre para uma grande concentração de idosos a residir sozinhos. Este fenómeno tem implicações ao nível das sociabilidades deste grupo no interior do universo sociocultural do Bairro, constituído por uma população muito jovem, maioritariamente em idade activa. Desde 1983 até 2001, a reprodução natural dos agregados conduziu à redução de idosos a favor dos jovens, sendo notória uma evolução significativa nas faixas etárias que têm o Bairro por primeira e única residência (0-20 anos) e a permanência da população activa (25-64 anos) repre-

⁷ Apesar das três Instituições de Solidariedade Social presentes na área contabilizarem cerca de 5.000 residentes no Bairro.

sentada hoje pela segunda geração de agregados familiares (filhos dos primeiros realojados). A estagnação e consequente diminuição da população revelam também os fracos índices de mobilidade social dos residentes. A “casa” tomada como objectivo e aspiração de vida (Guerra, 1998), mesmo aliada ao contexto de bairro onde se insere, face ao conflito da diversidade sociocultural, conseguiu resistir como um bem social não negociável. A diminuição de população efectuou-se à custa da estagnação demográfica e à sua fragmentação pelos fogos que vagavam (por morte, despejo ou mudança residencial), ou seja, até hoje os novos núcleos familiares, formados no próprio Bairro, encabeçam a lista de espera por novas habitações, tendo prioridade por aí já residirem. Neste universo, o total de população activa é de cerca de 1900 indivíduos. Destes apenas 76% correspondem a empregados ou a exercer actividade, 68% no sector terciário (comércio e serviços públicos), 0,5% no primário e 32% no secundário, Maioritariamente trabalhos semiespecializados, no caso dos homens relacionados com a mecânica automóvel, carpintaria e serralharia, em pequenas fábricas e garagens do concelho; em relação às mulheres com grande representatividade da indústria têxtil, um pouco por todo o concelho de Almada e Seixal. O Bairro concentra o maior número de indivíduos sem exercerem qualquer actividade económica, pensionistas e reformados, em relação aos valores concelhios congéneres.

O Bairro, cortado a norte pela zona de Reserva Ecológica Nacional (REN), área de escarpas banhada pelo Tejo; e a sul pela EN377 (Rua dos Três Vales), faz fronteira, a Oeste, com o Bairro social do Raposo de Cima e a Este com o Bairro camarário de realojamento de moradores da Costa e Trafaria (desde final da década anterior). A sul, este aglomerado demarca-se da restante área pela barreira física representada pela rua dos Três Vales (EN377). Das quatro ruas que o compõem, a principal (Rua do Moinho) rasga o Bairro em duas partes, possibilitando passagem perpendicular por três vias secundárias. No fim da Rua do Moinho existe ainda uma via com acesso à escarpa, a Calçada de Alfanzina, com ligação à zona este do Bairro, fazendo fronteira com este e os prédios camarários de realojamento (residentes provenientes dos Bairros da Trafaria e Costa de Caparica).

Contrariamente à experiência das *ciudades novas* noutros países da Europa, nomeadamente em França, não existe arte pública, nem edifícios que pela sua magnitude ou simbologismo assim funcionem (De Ruidiaz, 2003) e os únicos vestígios da antiga vocação agrícola do espaço onde está localizado, para além das hortas cultivadas no seu perímetro, está representado pelas ruínas de um antigo moinho, no fim da rua homónima, lugar privilegiado de encontro juvenil.

A Espacialização da vida quotidiana: o conflito como aprendizagem da diferença

Se a estrutura espacial predispõe e hierarquiza as formas sociais, estas também se lhe adequam, entre o espaço e as formas de organização social dos indivíduos existe uma dialéctica contínua e flexível (Yannick, 2004; Rémy e Voyé, 1994; Pellegrino, 1983; Ledrut, 1973). No Bairro Amarelo este fenómeno é perceptível na diferenciação que os residentes e vizinhos próximos (Bairro dos Três Vales e Bairro Branco) elaboram sobre as zonas mais urbanizadas, opondo-as às que se distanciam da massa edificada e dos principais locais de usos/consumos – cafés e mercearias. Existe consenso em relação ao centro do bairro, vários moradores apontam a Rua do Moinho como tal, apoiando essa percepção na concentração de espaços onde se estabelecem relações de vizinhança formais. Este espaço central apresenta uma diminuição crescente na sua fruição à medida que se sobe a rua, esbatendo-se conforme se passa da zona de maior concentração de lojas até à sua ausência total perto do moinho. Deste até ao miradouro, fronteiro ao Tejo, emerge um espaço diurno caracterizado pela ausência de qualquer tipo de ocupação. A nível espacial, este centro provoca um efeito centrípeto que se estende a todo o Bairro, alargando-se aos moradores dos prédios das ruas laterais e àqueles situados na sua extremidade. Os caminhos de terra batida, as hortas de moradores, as áreas livres de construção, toponímia ou sinalética que envolvem os prédios, formando um “U” alargado só aberto para a estrada que conduz à rua do Moinho, são anulados nos discursos de alguns grupos sobre os limites do Bairro. Noutros residentes sofrem categorizações contraditórias e apresentam-se como o primeiro grande nível de diferenciação na percepção espacial entre grupos de moradores. Esta representação diferenciada do espaço está intimamente relacionada com formas divergentes de socialização no espaço físico que, no seu conjunto, alimentam uma dicotomia entre percepção e ocupação espacial.

Não actuando como uma ruptura ao nível das sociabilidades transversais entre moradores, a construção diferenciada de classificações sobre os espaços do Bairro deve-se sobretudo à diversidade de consumos e apropriações que este sofre e nos ritmos e horários das mesmas. Existe um consenso relativo entre grupos no que diz respeito aos vários tipos de espacialização. Tomemos o exemplo do consumo de haxixe, uma prática juvenil comum, diurna nas pracetas das ruas transversais, nocturna junto aos vestígios do moinho, na extremidade do bairro. Para a maioria dos outros grupos de moradores, estes espaços estão, nesses horários e ritmos, ausentes do controlo social, sendo assumidos como territórios “exteriores” ao bairro. O mesmo acontece para as soleiras dos prédios onde as famílias ciganas se reúnem de

noite, mesmo se nesse espaço residam. A apropriação de espaços diferenciados do Bairro, por parte de diferentes grupos de residentes, reflecte a sua própria heterogeneidade social⁸. As relações que se estabelecem e se gerem no espaço público e semi público variam assim de intensidade consoante os diferentes períodos horários e os grupos que os vão ocupando. Heterogeneidade construída na diferença cultural das várias famílias com percursos de vida, práticas sociais (religiosas, conjugais, familiares, alimentares), ritmos e quotidianos dissemelhantes e que, a certa altura das suas vidas, foram relocaladas num espaço virgem de relações sociais anteriores.

A reestruturação das redes sociais anteriores não foi possível para a maioria dos moradores, devido, em grande parte, ao ritmo atribulado das atribuições de fogos. Assim, a reorganização social do Bairro sofreu não só constrangimentos de ordem cultural, mas também ao nível de uma “*nova diferenciação e segregação das formas de ocupação dos espaços que vem do desenvolvimento da renda diferencial*” (Guerra, 1998:107) e, acrescentamos, da imagem negativa exterior, construída desde início sobre este espaço, obstáculo à integração por parte das famílias que pretendem sair logo que os seus filhos terminem os estudos.

As formas de ocupação espacial e os conteúdos que estas encerram foram, na investigação, um universo de análise privilegiado dos grupos porque é na partilha, na exclusão ou no reconhecimento colectivo sobre um espaço e o grupo que o ocupa que a cultura e a identidade se vão reproduzindo (Boissevain, 1978; Connerton, 1999). A espacialização das actividades quotidianas surge assim como um processo dinâmico que, como nos demonstra Raymund Ledrut (in Pellegrino *et al*, 1983:86/87), permite à sociedade coordenar os elementos próprios do seu campo de acção.

Antes que as diferenças culturais actuassem como fonte de sociabilidades e conflitos no espaço semi privado dos prédios, depois transpostos para o espaço territorial colectivo do Bairro, a rede de vizinhança anterior, principalmente dos grupos de realojados provenientes de Almada e da Grande Lisboa, portadores de uma forte identidade comunitária que classifica o vizinho como extensão do agregado familiar, serviu como resistência ao encetar de novos contactos. As primeiras relações sociais entre grupos dicotomizaram-se em dois pólos opostos, sedimentadas em torno de diferenças raciais e fundamentadas pela ordem de chegada ao Bairro. De um lado, os autóctones concelhios e da Área Metropolitana; de outro lado, os “pretos” e os “ciga-

⁸ Predominam as populações caucasianas: migrantes, e segundas gerações, do Alentejo, Algarve e Beiras, antes residentes na zona; indivíduos que retornaram das antigas colónias e residentes do concelho, e, em minoria, da Área Metropolitana de Lisboa. Um terço da população é de origem africana (Cabo Verde, São Tomé, Angola e Moçambique); a etnia cigana perfaz uma minoria estatística; e um número residual de timorenses e indianos.

nos”, acusados do caos e do conflito, mas também da separação física da antiga vizinhança, realojada de modo disperso pelo Bairro e noutras freguesias de Almada, situação que, ainda hoje, continua a actuar nas representações de ambos os grupos, como António, sessenta e seis anos, que integrou a primeira fase de realojamento, nos descreve: *Eles [africanos] ainda não tinham vindo, não. Só depois, mais tarde, é que começaram a vir. Tanto mais que o resto do povo que ficou lá [bairro clandestino onde morava], à espera de vir, ficaram à espera. Eram para vir (...) para uns prédios que já tavam ocupados pelos retornados e foram para ali ... [freguesia do Feijó]. A Câmara depois realojou-os, arranjou outras casas para eles e passaram a reconstruir aqui que aquilo táva tudo danificado. E lá estão algumas famílias da Ramalha, entre elas uma prima direita minha. (...) Havia mais índios do que agora.*

À desconfiança inicial fundada em preconceitos que actuaram simetricamente nos universos simbólicos dos dois grupos, a partilha de espaços comuns materializou, por um lado, diferenças que condicionaram até hoje uma convivência social pacífica, mas também revestiu de um novo carácter as novas relações sociais, agudizando a desconfiança e, na perspectiva de Georg Simmel (2004:75-94), preterindo a partilha da individualidade pela objectividade inerente ao cálculo das vantagens e desvantagens na gestão das sociabilidades.

Com o tempo, a oposição classificatória singular entre “brancos” e “pretos”, estilhou-se, opondo grupos que, até então, e antes da convivência, seriam aparentemente homogêneos. Como no caso de Maria, trinta e sete anos, são tomense, a residir desde os dezoito anos no Raposo defronte do Bairro Amarelo. A sua estratégia de integração bipartiu-se entre a comunidade local maioritária, a cabo verdiana (é casada com um cabo verdiano), o mercado de emprego em Almada e essa cultura urbana dominante. A tentativa de gerir um conjunto de relações sociais divergentes colocou-a numa posição instável face às suas vizinhas cabo verdianas, a maioria domésticas, cujo poder exercido na comunidade afastou Maria para uma categoria menos prestigiante (expressa pelo emprego depreciativo do termo *são tomista* quando a ela se referem) que aceita, pois está em jogo a sua continuidade na rede comunitária: *“Vizinhos são mais do que família porque se acontece alguma coisa, desgraça ou necessidade, são eles que valem. A chave da minha casa deixo sempre com a vizinha”*. Um elemento que concorreu para a sua perda de poder (para além da diferenciação étnica) foi o seu consentimento para que os filhos pudessem namorar raparigas brancas, porque *“para eles é diferente de mim, eles nasceram cá e sabem lidar com os tugas”*.

Ao tomarmos a etnicidade como a organização social da diferença cultural, alargamos o campo conceptual do conceito de cultura⁹, esta passa a

⁹ Porque *“as relações étnicas e a construção de fronteiras na maioria das sociedades plurais não incidem sobre estrangeiros, mas sim sobre outros adjacentes e familiares. Envolvem co-*

estar implicada na relação entre espaço e estrutura social. Este fenómeno manifesta-se, no Bairro, a dois níveis no mesmo sistema: por um lado, os diferentes usos e coexistências num espaço comum implicam que cada actividade transforme o espaço e que os indivíduos interajam, em relação a diferentes tipos de espacializações e consumos espaciais de outros grupos (Firmo da Costa in Cordeiro et al, 2003:121-129). Por outro, o espaço também evidencia as posições sociais dos indivíduos na estrutura social, o que significa uma coexistência espacial, mas também social porque integram o mesmo sistema (Gonçalves, 1997:146). Os discursos de moradores mais idosos deixam transparecer isso mesmo: “... *havia muitos ladrões, assaltavam aqui muita gente. Trouxeram má fama. (...) Dantes havia mais desordens porque não estavam habituados aos pretos... juntaram os pretos com a nossa raça e veio tudo a viver prá qui misturado e ópois era mais confusão*”.

De um ponto de vista holístico, as posições sociais dos moradores do Bairro encontram-se uniformizadas apenas na relação com o seu exterior: o estigma aplicado à área onde o Bairro se localiza, remete-os para uma escala social inferior. A divergência entre graus de resistência à imagem negativa que o Bairro projecta, fortemente associada à pobreza e à diversidade cultural, geradoras e reprodutoras da violência e anomia, desmonta essa aparente homogeneidade. Se por um lado, existem grupos que se auto excluem da rede de sociabilidades do bairro, uns não tendo substituído essa rede, como é o caso de alguns idosos, outros promovendo relações a ele exteriores, cujo modo de vida se rege por padrões da cultura urbana dominante, influenciados pela aspiração de ascensão socioeconómica, profissional e pessoal que, de facto, detêm maior mobilidade social (grande parte da população activa média residente e estudantes do ensino superior cujos projectos de vida foram, em parte, edificados no constante antagonismo e exclusão do local de residência, sentimento fomentado pelos pais, também eles perspectivando a sua situação face à habitação como transitória). Existem outros que revêem no Bairro as formas de sociabilidade anteriores ao realojamento, projectando nos vizinhos a extensão do núcleo doméstico, entrando numa esfera de reciprocidade, e reduzindo a sua identidade, não ao Bairro que os de fora projectam, mas a um universo próprio, organizado em torno das relações sociais estabelecidas a partir do prédio para o exterior; é o caso da maioria daqueles que anteriormente residiam em bairros de barracas, cuja vinda para o Bairro foi o culminar de um desejo de ascensão social pelo tipo de habitação, alguns grupos africanos e segundas gerações nascidas no Bairro. Os grupos juvenis, formando uma subcultura jovem no interior do Bairro, estão inseri-

-residentes em sistemas sociais abrangentes, remetendo mais frequentemente para questões como: de que forma “nós” nos diferenciamos “deles”, em vez de para uma visão unilateral e hegemónica do “outro” (Barth in Vermeulen e Govers, 2004:22).

dos neste último grupo; como nenhum outro, percorrem e gerem da periferia para o interior o próprio bairro e gradativamente, a área do PIA, conforme as necessidades imediatas de espaço que o seu grupo apresenta e que assume o Bairro como referente identitário no contacto exterior.

Estes grupos de moradores, para quem o Bairro constitui uma extensão do núcleo doméstico, mantêm nesse espaço a sua zona expandida de sociabilidades, sendo, por isso, autosuficientes em termos sociais, mas apresentando um grande défice de contactos exteriores, enfraquecidos pelo tempo em que habitam no Bairro, nomeadamente com a cidade de Almada onde se inserem. Neste grupo, existem poucas situações, com excepção dos grupos de jovens, que conseguem ultrapassar esta fronteira e transpor outras zonas de interacção para além do próprio Bairro¹⁰.

Território e identidades: o efeito centrípeto do Bairro

O Bairro demonstrou ser, ao longo do tempo, mais do que uma organização espacial que incorpora sistemas socioculturais diferentes. Constitui-se acima de tudo como um referente identitário de hegemonia territorial. A territorialidade funciona, neste sentido, como o elemento que se impõe a partir dos diferentes tipos de espacialização, decorrentes da representação que cada grupo efectua de si e dos outros; como Ledrut os afirma, enquanto objectos que se impõem no campo de acção dos indivíduos (in Pellegrino et al, 1983:86/87). Custódio Gonçalves (1997:151) ao caracterizar os bairros das *cidades novas* aponta o isolamento de cada bairro como condicionante, em relação ao restante espaço urbano, da percepção da evolução, no tempo e no espaço, e na sua própria contextualização. E porque o Bairro Amarelo funciona, na área do PIA e da própria cidade onde se insere, como unidade isolada, a percepção e significação do todo (e consequentemente do Bairro como uma parte integrante), por parte de quem nele reside, torna-se mais esbatida quanto mais inserido na rede social do Bairro estiver um grupo.

A territorialidade relaciona-se, neste terreno, com a identidade dos seus moradores na heterogeneidade cultural do conjunto do Bairro, no sentido que expressa as diferentes espacializações, resultado de representações sociais desiguais. Como poderemos, então, entender esse sentimento de territorialidade que, em certos momentos, une grupos diferenciados do Bairro contra o exterior? Evans-Pritchard mostrou-nos a relatividade do conceito de pertença¹¹ na sua relação com o contexto em que se produz a interacção. Neste sen-

¹⁰ A existência de relações sociais de carácter profissional ocorre e situa-se nesta zona expandida, não influenciando na estrutura destes níveis de interacção, delineando-se como pontuais.

¹¹ Como sistematiza Filomena Silvano, “a ideia de se ser de algum sítio é estruturalmente relativa (...) depende do contexto (...) da escala a que, num determinado contexto da inte-

tido, quando determinados grupos do Bairro se unem face ao exterior – aos moradores das novas urbanizações contíguas, à polícia, à cidade de Almada ou a grupos de jovens de bairros congéneres da Área Metropolitana (Chelas, Reboleira, Arrentela), estão a aplicar, de forma diferenciada, esquemas de assimilação, construídos na representação que fazem do território local, como um espaço de pertença. O espaço é assumido como um factor de identidade e os indivíduos passam a representar os outros através das suas próprias propriedades. Os grupos juvenis (o *people da street* como se denominam) que afirmam ser “*da margem sul toda*” no contacto com grupos congéneres de Lisboa, no contexto urbano interrelacional de Almada, afirmam pertencer ao Bairro Amarelo (“*dizes que és do Bairro, ninguém se mete contigo, o respeito é isto*”), ou os grupos auto-excluídos, afirmarem “*sou de Almada, é lá a minha terra*”, ou “*pouca gente sabe que moro aqui*”, tornando clara essa relação entre território e escalas da identidade na construção de fronteiras, a partir do espaço do Bairro, da imagem e do contexto que a aplica. Ainda face à diversidade multicultural, no Bairro os grupos que se auto-excluem do seu universo sócio-espacial, que rejeitam os “*instrumentos colectivos, fundados na solidariedade e na iniciativa (...) [-se] refugiam na direcção de soluções individualistas*” (Indovina, 2001:21), parecem aproximar-se dos moradores das novas urbanizações pela relação de estranheza que lhes impossibilita a socialização e os torna conotados com a imagem do Bairro. Os meios de comunicação operam como instâncias de legitimação sobre a imagem negativa deste espaço: todo o manancial de imaginários simbólicos foi validado pela correspondência entre a *sensação* e a *realidade* (obra cit.:25) e legitimado, também, na esfera política nacional, com maior assento na última década do século passado, quando se intensificaram os discursos institucionais sobre o “combate à insegurança”. Esta correlação entra no domínio do valor dos moradores mais antigos do Bairro Amarelo em relação aos outros das novas urbanizações, inferindo, aos primeiros, a responsabilidade da insegurança. Neste ponto, a aparente homogeneidade entre os dois grupos é desmontada: a reacção dos moradores do Bairro tende a desculpar e limpar a imagem quando esta lhes é projectada de volta (*É um bairro como outro qualquer. Só que as pessoas não, ouvem dos assaltos, dos roubos, da droga, de tudo associavam logo ao Bairro Amarelo*).

Por outro lado, o incremento policial no PIA, contemporâneo das novas construções, tornou conscientes alguns grupos de moradores (nomeadamente os grupos de jovens; a etnia cigana e alguns grupos com forte identificação pela “sua” comunidade do Bairro) de que a insegurança era possível de manipular, um instrumento de poder gerador de reconhecimento da sua pre-

racção social, o sujeito (ou grupo de pessoas) se coloca. (...) A pertença e, consequentemente a não pertença, são estruturalmente relativas.” (2001:37/38)

sença, no “seu” território. Comportamentos geradores de insegurança e medo, cuja classificação varia de grupo para grupo, no interior do Bairro Amarelo, e que podem conjugar tanto a violência física e material (para as famílias auto-excluídas das redes sociais do Bairro, onde se localizam alguns idosos, e para os moradores das urbanizações, os roubos, assaltos, agressões, lutas entre outros grupos de moradores – ciganos e jovens – de onde resultam tiroteios de rua), mas também práticas que pela sua ilegalidade (venda e consumo de droga, venda e posse de armas), imoralidade (nos bairros pioneiros, a prostituição) corroboram a imagem estigmatizada, mas não produzindo consenso, ou, ainda, o distúrbio sonoro (o barulho fora de horas é referido por quase todos os grupos de moradores do Bairro Amarelo à excepção daquele que a produz – os jovens) ou paisagístico (vandalismo nomeadamente à propriedade privada como a automóveis ou espaços verdes e prédios).

O território do Bairro surge, assim, como um recurso que sintetiza a sua própria diversidade porque não pode ser dividido. Na relação do Bairro com as novas urbanizações contíguas (tal como aconteceu no início dos realojamentos com os dois outros bairros pioneiros), implica um aspecto posicional hegemónico que agudiza as clivagens, de visões do mundo antagónicas que as partes opostas que o integram possuem, tanto de si, como das potenciais relações que se poderiam efectivar. Daí que as maiores tensões que estiveram na origem dos primeiros conflitos no Bairro foram sendo controladas e atenuadas, tendo-se operado, com o tempo, uma certa reflexividade nos grupos que, silenciosamente, impôs alguns limites para a manifestação das diferenças culturais que colidem dramaticamente com os outros e que de início pareciam incontornáveis (a preparação de comida no espaço comum dos prédios ou o lixo arremessado pela janela, são situações muito referidas). Esta modificação ocorreu não tanto ao nível de concessões de normas ou valores, mas antes ao nível das práticas e comportamentos, esfera intimamente relacionada com a partilha espacial nos diferentes modos de apropriação.

Ao permanecermos no terreno, contactando com os seus moradores, recolhendo histórias de vida, circulando do espaço privado das casas, para o semiprivado dos prédios e permanecendo na rua, compreendemos que nenhum dos grupos está particularmente empenhado em dificultar a vida ao outro. O conflito não é um objectivo traducente da multiculturalidade. Os grupos do, e no, Bairro aspiram a uma convivência pacífica, o que não significa que esta seja alcançada pela partilha, convívio ou sociabilidade. O conflito mostrou ser, até hoje e devido a uma política intercultural irregular e insipiente¹², o mecanismo de ruptura mais eficaz para a tomada de consciência,

¹² À excepção dos programas no âmbito do PISACA – Projecto de Intervenção Social Articulado do Concelho de Almada que conseguiu reunir a sociedade civil, autarquia e comuni-

por parte dos indivíduos, ou na acepção durkheimiana, a representação colectiva que torna permeáveis à interpretação colectiva, as acções individuais (Hannerz, 1992:42).

Em duas décadas de influência e observação mútuas, as culturas presentes no Bairro não podem ser caracterizadas a partir das estratégias adoptadas na reorganização da vida social, com base nos conceitos de aculturação, assimilação ou integração demarcados por Camilleri como intervenientes no processo multicultural (in Cabin et Ruano-Borbalan, 1998:59/60), porque o que observamos no Bairro Amarelo, e este facto aplica-se transversalmente a todos os grupos presentes, consiste na imbricação de diversos elementos culturais (desde a alimentação, a práticas e alianças matrimoniais, a manifestações festivas, ao vestuário, à música e aos lazeres), alguns apropriados e outros alterados. Este fluxo traduz e reconstrói sucessivamente fronteiras étnicas (sem etnias) no interior das quais se trocam referentes identitários, entre grupos de jovens de diferenciadas co-pertenças, a grupos africanos e grupos pobres do bairro, formando um novo grupo com base na identidade por referência, deixando os ciganos e a população média que se auto exclui no exterior desta rede de reciprocidade e negociação de elementos culturais, mas reconhecendo-os, e tolerando-os, como parte integrante deste universo.

No Bairro Amarelo, a estratégia aponta para uma acção de *bricolage* (Lévi-Strauss, 1964) que possibilita a reconstrução de elementos culturais presentes nos sistemas anteriores. Como Haneerz sublinha (1992:70/75), quando os indivíduos se deparam com circunstâncias e contextos problemáticos, e o realojamento, na óptica da reorganização social, está aí inserido, e permanecem nessa conjuntura adversa juntamente com outros grupos, podem constatar que o seu modelo por si só não é capaz de dar resposta satisfatória. Este processo de hibridez cultural reproduziu, no Bairro, não só a subcultura pobre¹³ dos realojados provenientes de barracas e expropriados, mas também a alargou para receber novos membros pertencentes a comunidades africanas (contrariamente, outras famílias adoptaram as estratégias da população média que se auto-exclui, abstendo-se, a si e aos seus filhos, do consumo espacial do Bairro,

dade educativa em torno de projectos interdisciplinares, implementados a partir de 1983 e início da década de 1990, o Bairro sobrevive com a intervenção das três Instituições Públicas de Solidariedade Social já referidas.

¹³ Afastamos a noção de “cultura de pobreza” do “estado de pobreza” que não caracteriza todos grupos do Bairro Amarelo incluídos nessa forma cultural. A cultura da pobreza assenta na reprodução de elementos que estruturam e identificam a cultura dominante; a ausência de recursos não produz, por si só, uma cultura de pobreza. O factor determinante incide, não na forma, mas nos conteúdos de reprodução dessa privação em várias esferas da vida dos indivíduos, por comparação com a cultura/sociedade onde estão inseridos; elementos relacionados com a higiene, a alimentação, a gestão e as prioridades de aplicação de rendimentos, a mobilidade, a saúde, a relação com os outros ou a conjugalidade.

partilhando a mesma aspiração de mobilidade social). Isto constata, uma vez mais, o papel flexível da cultura.

O que se observa no Bairro é que indivíduos pertencentes a grupos definidos com base na sociabilidade e vizinhança (sejam caboverdianos, guineenses, são tomenses, de Almada ou da Trafaria, empregados, desempregados ou reformados) podem tomar como referência e movimentarem-se dentro e fora de outros sistemas culturais, mantendo um conjunto de normas e valores específicos que lhes fornecem identidade no interior do seu grupo de pertença – a subcultura juvenil parte desta construção, sendo dela paradigmática, pela constituição de uma nova identidade de referência. Os seus membros conseguem incorporar e partilhar, não apenas referentes identitários dos seus grupos de pertença, mas criar novas referências na instrumentalização de indicadores culturais, pela partilha de sociabilidades e pela apropriação transversal dos espaços do Bairro, deste a sua periferia (Bairros similares, como o Branco e o Rosa) e produzir consenso face a um centro alargado – o PIA, expulsando os espaços imediatamente exteriores a este, como as novas urbanizações e Almada.

Breve referência final

O trabalho de campo no Bairro Amarelo demonstrou-nos que, na investigação antropológica deste tipo de terrenos, devemos à partida tentar desmontar na sua história e contexto, não só o estigma que domina o imaginário sobre os mesmos, mas sobretudo, repensar as classificações, noções operatórias e conceitos a aplicar face às múltiplas dimensões que o animam. A diversidade de representações, práticas, sociabilidades, espacialidades, identidades e contextos interrelacionais, é acrescida pela debilidade de redes sociais presentes em contextos mais tradicionais. O Bairro Amarelo não tem colectividades ou associações desportivas, os centros comunitários não são transversais a todos os grupos de moradores, antes se impõem como foco de conflito, não existem festas comunais, ou acontecimentos que mobilizem conjuntamente todo o Bairro. Contudo, a observação directa e a permanência no terreno, com todas as dificuldades inerentes de “entrada” nestes universos densos e de grande dimensão, permitiu-nos aceder gradativamente à vida quotidiana e aos espaços animados do Bairro, dos cafés, às soleiras dos prédios, das práticas juvenis às celebrações festivas de grupos diversos.

Estes bairros impõe ao investigador, antes de mais, uma resistência à dispersão do objecto, focalizado neste caso na questão dos consumos espaciais dos seus moradores, nos tipos de espacialização e nas espacialidades, por contraponto à racionalização do seu planeamento.

Mercê da especificidade da sua história, o Bairro Amarelo (e outros seus contemporâneos, também no Distrito de Setúbal, Aveiro ou Guimarães)

não pode ser reduzido à categoria sociológica de “bairro social”, embora a imagem reactiva que projecte assim o classifique e o próprio sistema administrativo da sua gestão actue desse modo. De modo diferente, aqui o processo de arrendamento e de entrega das habitações consolidou a população pioneira e garantiu a sua reprodução. Da subversão simbólica que a propaganda positiva pré edificação exaltava, verificou-se, a médio prazo, o fracasso das aspirações, dos técnicos e da população inscrita voluntariamente. À ruptura espacial, que a estrutura do Plano imprimiu entre os seus bairros e a restante cidade, justapôs-se a distância social que a heterogeneidade cultural provocava à cultura urbana dominante.

Bairros como o Amarelo facilmente se tornam negação da ordem pelo estigma que a cultura urbana lhes aplica face a elementos tradutores de insegurança e risco como a diversidade de origens ou a pobreza. No seu interior, a instabilidade em que são construídas, e constantemente negociadas, as posições dos indivíduos e grupos residentes na estrutura segmentada das formas de sociabilidades, reciprocidades, dependências ou desequilíbrios de poder e prestígio, reafirma a existência de grupos socioculturais com mais poder que outros; grupos com mais prestígio e grupos fechados. A fronteira, em bairros como o Amarelo, é múltipla, servindo sobretudo para a manutenção da diversidade dos códigos e dos lugares sociais que representam a efectiva ordem.

Essa aparente anomia não traduz a inexistência de capacidade de mobilização do colectivo. O confronto directo, enquanto forma de linguagem partilhada pela maioria dos seus residentes, surge da necessidade de protecção colectiva face a ameaças exteriores ao sistema, nomeadamente acontecimentos que possam ameaçar no imediato o seu quotidiano. Através do conflito estas unidades territoriais reivindicam a visibilidade e o reconhecimento social da sua presença. Em situações limite semelhantes (confrontos com a polícia, detenções no interior do Bairro, conflitos interbairros na cidade), o Bairro Amarelo consegue emergir da sua aparente anomia, impondo-se ao espaço urbano da cidade através de formas disruptivas que, usadas sem cálculo de desvantagens, contribuem para o aumento da distância social sobre si próprio.

Tendo em consideração a essência do Plano onde se localiza o nosso Bairro e as convulsões sociais que ocorreram a partir de bairros urbanos semelhantes, em diversas cidades francesas no último trimestre de 2005¹⁴, concluímos, deixando à discussão, a ideia de que bairros com estas características,

¹⁴ As turbas urbanas iniciais ocorreram em bairros dos arredores de Paris, grande parte, inseridos no projecto urbano estatal da década de 1960, criado no governo de De Gaulle e conduzido pelo arquitecto Paul Delouvrier, designado de *ville nouvelle*. A figura portuguesa do Plano Integrado decalcou este princípio arquitectónico, embora numa escala menor. Hoje, as urbanizações francesas das *idades novas* têm, em média, entre sete e oito bairros e uma população média de 50 000 indivíduos com características socioculturais semelhantes.

que não surgem como consequência ou efeito singular em si mesmos, que derivam de processos institucionais de organização sociourbanística, sobrevivem nessa estreita relação político-social. Torna-se urgente repensar até que ponto os modelos de gestão e as políticas sociais aplicadas a estas unidades habitacionais urbanas não estarão a contribuir para prolongar a ideia estigmatizante e agudizar o encerramento territorial que as caracteriza.

Bibliografia

- Almeida, Paula (1994), Habitação: a Produção de um Conceito, *Sociedade e Território* 20: 110-116.
- Barth (2004), Temáticas permanentes e emergentes na análise da etnicidade. In *Antropologia da Etnicidade: Para Além de "Ethnic Groups and Boundaries"*, ed. Hans Vermeulen *et al*, Lisboa: Fim de Século.
- Boissevain, Jeremy (1978), *Friends of Friends: Networks, Manipulators and Coalitions*, Oxford: Basil Blackwell.
- Connerton, Paul (1999), *Como as Sociedades Recordam*, Oeiras: Celta.
- Costa, Ana (2005), *Da Construção Artificial aos Artíficos da Apropriação: Do Bairro à Cidade, Espaço e Cultura*, Lisboa: FCSH, Universidade Nova de Lisboa [Tese de Mestrado em Antropologia do Espaço; policopiado]
- Costa, Firmino da (2003), Estilos de sociabilidade. In *Etnografias Urbanas*, ed. Graça Índias Cordeiro *et al*, Oeiras: Celta.
- Evans-Pritchard (1968), *Les Nuer*, Paris: Gallimard.
- Fundo de Fomento da Habitação (1983), *Plano Integrado de Almada – Monte da Caparica*, Portugal: Ministério do Equipamento Social, Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo.
- Fundo de Fomento da Habitação (1972), *Plano Habitacional de Almada-Monte de Caparica*, Portugal: Fundo de Fomento da Habitação, Ministério das Obras Públicas.
- Gonçalves, A. Custódio (1997), *Questões de Antropologia Social e Cultural*, Porto: Afrontamento.
- Guerra, Isabel (1998), Grupos sociais, formas de habitat e estrutura do modo de vida, *Sociedade e Território* 25/26: 119-128.
- Hannerz, Ulf (1992), *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of Meaning*, New York: Columbia University Press.
- Indovina, Francesco (2001), Geologia da Insegurança Urbana: A construção social do medo nas cidades, *Sociedade e Território* 2:19-31.
- Ledrut, Raymond (1973), *Les Images de La Ville*, Paris: Éditions Anthropos.
- Ledrut, Raymond (1983), Remarques sur le thème: représentations de l'espace et identités regionales. In *Espaces et Culture*, ed. Pierre Pellegrino, Saint-Saphorin: Éditions Georgi.
- Lévi-Strauss, Claude (1967), *Antropologia Estrutural*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Rémy, Jean; Voyé, Liliane (1994), *A Cidade: Rumo a uma Nova Definição*, Porto: Afrontamento.

- Ruidiaz, Anne-Charlotte de (2003), Le Project 3M France de Cergy-Pontoise: du «tas de rouille» à la l'édifice patrimonial, *Ethnologie française* 1:31-41.
- Sencébé, Yannick (2004), Être ici, être d'ici: formes d'appartenance dans le Diois (Drôme), *Ethnologie française* 1:23-29.
- Silvano, Filomena (2001), *Antropologia do Espaço*, Oeiras: Celta.
- Silvano, Filomena (1997), *Territórios da Identidade*, Oeiras: Celta.
- Simmel, Georg (2004), *Fidelidade e Gratidão e Outros Textos*, Lisboa: Relógio D'Água.
- Valentim, Humberto (2001), *Diagnóstico de Impactos do Plano Integrado de Almada*, Lisboa: IGAPHE.

Resumo

A problemática refere-se à construção e manutenção de fronteiras a partir de um elemento físico e conceptual comum, o espaço, pelos habitantes de um Bairro periférico na cidade de Almada. Às fronteiras que têm por suporte a materialidade, e que maior consenso conseguem obter, impõem-se as fronteiras das representações, construções fluídas de onde deriva o conflito como a linguagem do reconhecimento da diferença. O modo como os residentes tratam ou repudiam os limites destas interações inscreve-se num ritual de reconhecimento da diversidade onde se joga a identidade territorial e a manutenção do lugar sociocultural.

Espaço
Território
Cultura
Etnicidade
Bairro
Cidade

The object concerns the construction and endurance of frontiers related to space, as the physical and conceptual element present and available for all the neighbourhood's inhabitants in a specific urban area – a residential quarter. From the frontiers supported by materiality, as the most consensual, we observe the arising of the social representation frontiers, as fluid constructions; depart for the begin of conflict, as the language used in the diversity recognition process. The way residents take care or neglect those interactions is related to a cultural diversity recognition ritual, as the conceptual place where the territorial and individual identities are set in action.

Space
Territory

Culture
Etnnicity
Quarter
City

La problématique se rapporte à la construction et au maintien de frontières à partir d'un élément physique et conceptuel commun, l'espace, par les habitants d'un quartier périphérique dans la ville d'Almada. Aux frontières qui ont comme soutien la matérialité, et qui en même temps arrivent à obtenir un assentiment, se superposent les frontières des représentations, constructions fluides d'où dérive le conflit ainsi que le langage de la reconnaissance de la différence. La façon comme les résidents traitent les limites de ces interactions s'inscrit dans un rituel de reconnaissance de la diversité où est en jeu l'identité territoriale et le maintien de la place socioculturelle.

Espace
Territoire
Culture
Ethnicité
Quartier
Ville